

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA DO CAMPO, NO CAMPO PARA A COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO SANTA BÁRBARA/BITURUNA/PARANÁ

Tavane do Rocio Manosso¹;

Marcos Claudio Signorelli².

RESUMO

As experiências que relatarei, além de concretas, representam a minha vivência em educação do campo nestes sete últimos anos, das quais extraí ensinamentos que serviram e servirão como ensinamentos para mim e demais envolvidos com a educação do campo. Descobri que ser professor tinha outro significado, outro valor, que tínhamos importância para a vida de muitos e que faríamos a diferença, se agarrássemos essa oportunidade. Apaixonei-me e a partir daí só tentei melhorar e cada vez mais fazer com que a escola crescesse mais e mais. Com essa experiência consegui desenvolver muitas coisas em minha formação profissional e na vida de cada um dos nossos alunos. Quanto à ação docente, passou a ser muito mais humana trazendo a realidade do aluno para dentro da sala de aula, onde por diversas vezes vi professores emocionados com o que estavam aprendendo. E quanto à gestão escolar foi o que mais revolucionou minha visão de educadora. Por sempre ter sido coadjuvante neste processo, passei a ver a gestão e a questões pedagógicas, com olhos de quem estava realmente fazendo parte de uma mudança radical na vida das pessoas da comunidade escolar. Os resultados mais expressivos foram à valorização do aluno como sujeito capaz de ser crítico e que tem as mesmas e não maiores capacidades dos que estão na cidade. A valorização como professora que fez a diferença, que lutou pelos direitos e melhorias da escola, o

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna/PR, e-mail:tavanemanosso@yahoo.com.br.fone (42)35532795

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

respeito dos alunos, pais e professores. E os ensinamentos apreendidos, todos os que se referem a comprometimento, divisão de trabalho, organização, gestão participativa, respeito, desafios e união em prol dos alunos e da escola.

Palavras-chave: Cultura, valorização, experiências, escola do campo.

1 CONTEXTO

Como professora, sempre atuei em escolas da capital do Paraná, cidade na qual nasci e vivi por anos. Até, vir morar em Bituruna, cidade pequena do interior. Muitas foram as mudanças, adaptei-me a quase todas. Menos ao comportamento atípico de alguns alunos do turno vespertino, que não havia meio de despertá-los para minhas aulas.

No início de 2005 fui convidada a assumir a direção de uma escola no interior do município que estava sendo aberta. Eram muitos desafios: a distância, a gestão, tudo novo e assustador. Sair da zona de conforto da mesmice de aulas prontas das quais estava acostumada para outra realidade muito diferente e desafiadora. Foi um grande dilema. Resolvi aceitar e assim começou o meu encanto e o aprendizado que jamais obteria caso não tivesse aceitado o cargo de direção.

Passei a vivenciar uma realidade da qual era muito distante e ignorante. Descobri os porquês que faziam crescente o desinteresse daqueles alunos na cidade e quanto era importante aquela escola que ajudei a começar, para os alunos e comunidade em geral.

Como um ensino diferenciado e de qualidade, mesmo sendo os mesmos professores que atuavam na cidade e na escola do campo, o número reduzido de alunos e o interesse dos mesmos fez e faz muita diferença no nosso dia a dia. Como educadora passei a pesquisar e me interessar cada vez mais pelas escolas do campo, fazendo cursos de extensão e inclusive esta pós-graduação.

Minha organização e dos professores passou a ter novos rumos, a organização do PPP passou a fazer sentido, pois passamos realmente a construí-lo e reformulá-lo ano a ano como todos deveriam ser feitos, pois estávamos abrindo uma escola e que ela era diferente de todas as demais que já havíamos trabalhado.

Historicamente, a educação esteve presente em todas as Constituições brasileiras. Entretanto, mesmo o país sendo essencialmente agrário, desde a sua origem, a educação rural não foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891. Como afirma Leite (1999, p. 28),

“[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910 - 1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.”

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4024/61) deixou a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire ofereceu contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica, crítica e emancipatória. A prática social dos sujeitos passou a ter maior valorização, por meio de uma proposta distinta da prática educativa bancária predominante na educação brasileira.

Com a Lei n. 5692/71, não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2.º grau (atual Ensino Médio) para as escolas rurais. Em seu artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Ao reconhecer a especificidade do campo, com respeito à diversidade sociocultural, o artigo 28 traz uma inovação ao acolher as diferenças sem transformá-las em desigualdades, o que implica que os sistemas de ensino deverão fazer adaptações na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para se adequar ao que é peculiar à realidade do campo, sem perder de vista a dimensão universal do conhecimento e da educação.

No final dos anos de 1990, espaços públicos de debate sobre a educação do campo foram efetivados, a exemplo do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera), em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), especialmente, dentre outras entidades.

Naquele evento, foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto, em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho.

Pelo exposto, o histórico da educação do campo contempla quatro períodos:

- primeiro: período de negação dos camponeses como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros, que se estendeu desde a colonização até a década de 1930;
- segundo: período de preocupação com a “educação rural” por parte do Estado, em função da migração campo-cidade e do “atraso” sociocultural em que se encontrava a população rural. Segundo a perspectiva oficial, a partir de 1937, com a criação de serviços assistenciais aos povos do campo, não havia uma preocupação de debater os verdadeiros problemas e contradições presentes no campo, tais como a concentração agrária e o poder político patriarcal;
- terceiro: início da década de 1960, com a influência, dentre vários pensadores, do educador Paulo Freire na organização dos “círculos de cultura” e alfabetização de

adultos, propiciando os primeiros debates sobre uma concepção de educação pautada no diálogo, na valorização do sujeito social e de sua prática sociocultural. Com o golpe militar em 1964, entretanto, houve um recuo nos projetos educacionais que objetivavam uma educação emancipatória;

- quarto: a partir de final da década de 1980, com a abertura democrática e a organização dos movimentos sociais em diversas frentes, foi possível avançar o debate da educação do campo. Dentre os sujeitos coletivos que participam deste debate e que lhe dão impulso, o MST exerce forte influência política, ao lado de e somando-se com outros movimentos, organizações e instâncias governamentais. No caso do MST, a sua visibilidade se deve à produção pedagógica por meio da publicação de Cadernos, às experiências educativas e à participação sociopolítica nas manifestações públicas na defesa da educação pública como necessidade da reforma agrária. Na década de 1990, pode-se dizer que emergiram os sinais de inserção da educação do campo na agenda política, com a LDB n. 9394/96 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em contraposição à concepção de rural vigente até então. O próprio poder público passou a adotar a terminologia educação do campo, num sinal de atenção às demandas sociais, que, obviamente, não podem ser analisadas de modo desvinculado de seus interesses políticos.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação se destacou como um direito de todos. E, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender a essa realidade, adaptando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Contudo, mesmo com esses avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural, não retratam os fatos realmente vividos.

A Educação do Campo hoje recebe alguma importância, devido a algumas pessoas que resolveram lutar, pela igualdade de condições dessas pessoas tão

ediscriminadas e excluídas, nas quais me incluo, por ter podido aprender e a valorizar esses cidadãos que são tão importantes para os grandes centros. Que foram marginalizados devido a fatos isolados que generalizaram toda classe de trabalhadores rurais. Precisamos mostrar que muitos e na sua maioria não têm esse comportamento e sim trabalham honestamente e que devem ter os mesmos direitos e oportunidades que os que moram na cidade.

Os objetivos da experiência relatada neste artigo são destacar a importância e relevância do contexto da Educação do Campo, ressaltando alguns desafios, êxitos e possibilidades a partir da análise do caso do Colégio Estadual Santa Izabel, no Assentamento Santa Bárbara do município de Bituruna/Pr. Esta é a razão principal da definição do tema “A IMPORTANCIA DA ESCOLA DO CAMPO NO CAMPO.”

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Essa experiência iniciou-se quando assumi a direção da primeira Escola do Campo em Bituruna/PR. No dia 01 de março de 2005. Na época não possuía qualquer tipo de experiência em gestão e muito menos em assuntos relacionados com o campo. Tratava-se do desenvolvimento de uma prática pedagógica totalmente nova, que estaria sendo implantada e construída diariamente.

Hoje posso afirmar que fiz parte do produto deste trabalho que resultou nas diretrizes e outros documentos específicos da Educação do Campo. Percebo que estando neste serviço específico trabalhando com a comunidade do campo pudemos (professores que atuaram no colégio estadual Santa Izabel) desenvolver uma visão apurada da capacidade e dos interesses destes cidadãos.

Temos a certeza que contribuimos para a organização desta comunidade. Trazendo a escola para perto de suas propriedades, demonstrando que a qualidade do ensino é a mesma. Com profissionais comprometidos e com capacidade de adaptação à nova realidade, aperfeiçoando-se. Faríamos desta escola uma

extensão de suas vivências e contribuindo para o desenvolvimento da localidade, dos alunos. Proporcionando o aperfeiçoamento científico, associado à realidade de cada um fazendo com que suas experiências, também contribuíssem para o nosso crescimento e aprendizado.

Posso afirmar que esses alunos obtiveram o desenvolvimento e aprendizado de maneira digna sem ter que viajar mais de seis horas diárias, perfazendo mais de 40 km de estradas de chão, para ter acesso à escola. E receberam o estudo que precisavam, com estímulo, e reconhecimento. Tendo na escola um espaço educativo no qual como cita CALDART (2001) há uma formação de valores e a educação da sensibilidade; o cultivo da memória e o aprendizado da história; a produção de conhecimentos humanamente significativos; a formação para o trabalho; a formação organizativa; formação econômica e a formação política.

Muitas vezes passavam inclusive fome, pois saíam cedo de suas casas e retornavam muito tarde e cansados. Descobriram através do interesse dos professores que poderiam participar de eventos na cidade e fora dela, de maneira igual desde que tivessem oportunidade de demonstrar sua imensa capacidade, sendo respeitados e com seus valores preservados.

Participamos dos mais diversos eventos, de ordem esportiva, literária, artística. Competindo com várias escolas de grandes centros e sempre nos destacamos. Oportunidade única para nós professores demonstrarmos que nossos alunos são merecedores do maior respeito. Que as diferenças de realidades não os desmerece, por serem moradores de áreas de assentamento, muitos deles nem luz tem em casa e, portanto sem computadores, televisão e outros materiais que os colegas da cidade possuíam e eles não.

Descrevo aqui a atuação dos professores, que em diversos textos estudados e apresentados onde a autora considera primordial que os professores para atuarem na escola do campo, devem ser originários do campo. Segundo CALDART (2004) as dificuldades de acesso a educação o campo resultam de um processo econômico, social, cultural e de políticas educacionais em nosso país, que deixou como herança

precariedade no funcionamento das escolas rurais, a infra-estrutura, a má formação dos professores e professores formados no meio urbano que não sabem das especificidades do meio rural, os espaços físicos inadequados, entre outros fatores.

Discordo dessa afirmativa baseando-me na experiência destes quase sete anos em que os professores que atuaram neste colégio em sua grande maioria são do meio urbano. Alguns nasceram em espaços rurais, tem raízes, mas a maior parte de suas vidas viveu em meios urbanos. Acredito no professor com mente aberta, disposto a estudar e a dedicar-se a novos desafios, comprometidos com uma educação de qualidade.

A partir desse pressuposto, educadores e gestores entendem que poderá se construir um conteúdo que realmente faça sentido na vida do educando. Para tanto, é preciso levar em conta a realidade dos alunos, fazendo a leitura de mundo, investigação que seja conscientizadora, fazendo com que cada individuo possa se dar conta de sua posição no mundo.

Que consigam vislumbrar capacidade, oportunidades dignas, que aceitem desafios e que foi isso que vi na grande maioria destes profissionais que trabalharam comigo neste colégio durante esses anos.

Profissionais que tiveram uma visão diferenciada desta comunidade e que só estando em contato com eles dia após dia é que passamos a ter.

Diferentes de muitos que ocupam cargos nos grandes centros e que muitas vezes agem e decidem sem ter o menor comprometimento em suas ações. Abaixo segue um texto ilustrativo de ações reais muitas vezes vivenciadas durante esses anos nessa comunidade. O texto é fictício, mas os fatos são muito reais! A carta a seguir - tão somente adaptada por Barbosa Melo - foi escrita por Luciano Pizzatto que é engenheiro florestal, especialista em direito sócio ambiental e empresário, diretor de Parques Nacionais e Reservas do IBDF/IBAMA 88/89, deputado desde 1989, detentor do 1º Prêmio Nacional de Ecologia.

“Carta do Zé agricultor para Luis da cidade

Prezado Luis, quanto tempo.

Eu sou o Zé, teu colega de ginásio noturno, que chegava atrasado, porque o transporte escolar do sítio sempre atrasava, lembra né? O Zé do sapato sujo? Tinha professor e colega que nunca entenderam que eu tinha de andar a pé mais de meia légua para pegar o caminhão por isso o sapato sujava.

Se não lembrou ainda eu te ajudo. Lembra do Zé Cochilo... hehehe, era eu. Quando eu descia do caminhão de volta pra casa, já era onze e meia da noite, e com a caminhada até em casa, quando eu ia dormi já era mais de meia-noite. De madrugada o pai precisava de ajuda pra tirar leite das vacas. Por isso eu só vivia com sono. Do Zé Cochilo você lembra né Luis?

Pois é. Estou pensando em mudar para viver ai na cidade que nem vocês. Não que seja ruim o sítio, aqui é bom. Muito mato, passarinho, ar puro... Só que acho que estou estragando muito a tua vida e a de teus amigos ai da cidade. To vendo todo mundo falar que nós da agricultura familiar estamos destruindo o meio ambiente.

Veja só. O sítio de pai, que agora é meu (não te contei, ele morreu e tive que parar de estudar) fica só a uma hora de distância da cidade. Todos os matutos daqui já têm luz em casa, mas eu continuo sem ter porque não se pode fincar os postes por dentro uma tal de APPA que criaram aqui na vizinhança.

Minha água é de um poço que meu avô cavou há muitos anos, uma maravilha, mas um homem do governo veio aqui e falou que tenho que fazer uma outorga da água e pagar uma taxa de uso, porque a água vai se acabar. Se ele falou deve ser verdade, né Luis?

Pra ajudar com as vacas de leite (o pai se foi, né.) contratei Juca, filho de um vizinho muito pobre aqui do lado. Carteira assinada, salário mínimo, tudo direitinho como o contador mandou. Ele morava aqui com nós num quarto dos fundos de casa. Comia com a gente, que nem da família. Mas vieram umas pessoas aqui, do sindicato e da Delegacia do Trabalho, elas falaram que se o Juca fosse tirar leite das vacas às 5 horas tinha que receber hora extra noturna, e que não podia trabalhar nem sábado nem domingo, mas as vacas daqui não sabem os dias da semana ai não param de fazer leite. Ô, bichos aí da cidade sabem se guiar pelo calendário?

Essas pessoas ainda foram ver o quarto de Juca, e disseram que o beliche tava 2 cm menor do que devia. Nossa! Eu não sei como encomprar uma cama, só comprando outra né Luis? O candeeiro eles disseram que não podia acender no quarto, que tem que ser luz elétrica, que eu tenho que ter um gerador pra ter luz boa no quarto do Juca.

Disseram ainda que a comida que a gente fazia e comia juntos tinha que fazer parte do salário dele. Bom Luis, tive que pedir ao Juca pra voltar pra casa, desempregado, mas muito bem protegido pelos sindicatos, pelo fiscais e pelas leis. Mas eu acho que não deu muito certo. Semana passada me disseram que ele foi preso na cidade porque botou um chocolate no bolso no supermercado. Levou

ele pra delegacia, bateram nele e não apareceu nem sindicato nem fiscal do trabalho para acudi-lo. Depois que o Juca saiu, eu e Marina (lembra dela, né? casei) tiramos o leite às 5 e meia, ai eu levo o leite de carroça até a beira da estrada onde o carro da cooperativa pega todo dia, isso se não chover. Se chover, perco o leite e dou aos porcos, ou melhor, eu dava, hoje eu joga fora. Os porcos eu não tenho mais, pois veio outro homem e disse que a distância do chiqueiro para o riacho não podia ser só 20 metros. Disse que eu tinha que derrubar tudo e só fazer chiqueiro depois dos 30 metros de distância do rio, e ainda tinha que fazer umas coisas pra proteger o rio, um tal de digestor. Achei que ele tava certo e disse que ia fazer, mas só que eu sozinho ia demorar uns trinta dia pra fazer, mesmo assim ele ainda me multou, e pra poder pagar eu tive que vender os porcos as madeiras e as telhas do chiqueiro, fiquei só com as vacas. O promotor disse que desta vez, por esse crime, ele não ai mandar me prender, mas me obrigou a dar 6 cestas básicas pro orfanato da cidade. Ô Luis, ai quando vocês sujam o rio também pagam multa grande né? Agora pela água do meu poço eu até posso pagar, mas tô preocupado com a água do rio. Aqui agora o rio todo deve ser como o rio da capital, todo protegido, com mata ciliar dos dois lados. As vacas agora não podem chegar no rio pra não sujar, nem fazer erosão. Tudo vai ficar limpinho como os rios ai da cidade. A pocilga já acabou, as vacas não podem chegar perto. Só que alguma coisa tá errada, quando vou na capital nem vejo mata ciliar, nem rio limpo. Só vejo água fedida e lixo boiando pra todo lado. Mas não é o povo da cidade que suja o rio, né Luis? Quem será? Aqui no mato agora quem sujar tem multa grande, e dá até prisão. Cortar árvore então, Nossa Senhora!. Tinha uma árvore grande ao lado de casa que murchou e tava morrendo, então resolvi derrubá-la para aproveitar a madeira antes dela cair por cima da casa. Fui ao escritório daqui pedir autorização, como não tinha ninguém, fui no IBAMA da capital, preenchi uns papéis e voltei para esperar o fiscal vim fazer um laudo, para ver se depois podia autorizar. Passaram 8 meses e ninguém apareceu pra fazer o tal laudo ai eu vi que o pau ia cair em cima da casa e derrubei. Pronto! No outro dia chegou o fiscal e me multou. Já recebi uma intimação do Promotor porque virei criminoso reincidente. Primeiro foi os porcos, e agora foi o pau. Acho que desta vez vou ficar preso. Tô preocupado Luis, pois no rádio deu que a nova lei vai dá multa de 500 a 20 mil reais por hectare e por dia. Calculei que se eu for multado eu perco o sítio numa semana. Então é melhor vender, e ir morar onde todo mundo cuida da ecologia. Vou para a cidade, ai tem luz, carro, comida, rio limpo. Olha, não quero fazer nada errado, só falei dessas coisas porque tenho certeza que a lei é pra todos. Eu vou morar ai com vocês, Luis. Mais fique tranquilo, vou usar o dinheiro da venda do sítio primeiro pra comprar essa tal de geladeira. Aqui no sitio eu tenho que pegar tudo na roça. Primeiro a gente

planta, cultiva, limpa e só depois colhe pra levar pra casa. Ai é bom que vocês e só abrir a geladeira que tem tudo. Nem dá trabalho, nem planta, nem cuida de galinha, nem porco, nem vaca é só abri a geladeira que a comida tá lá, prontinha, fresquinha, sem precisá de nós, os criminosos aqui da roça.

Até mais Luis.

Ah, desculpe Luis, não pude mandar a carta com papel reciclado pois não existe por aqui, mas me aguarde até eu vender o sítio.” (PIZZATTO, 2011)

Apesar da tônica exagerada, todos os fatos e situações de multas e exigências são baseados em dados verdadeiros acerca da população que vive no meio rural. A sátira não visa atenuar responsabilidades, mas alertar o quanto o tratamento ambiental é desigual e discricionário entre o meio rural e o meio urbano. O relato aqui descrito e a carta demonstram a experiência, vivenciada em certa medida por algumas pessoas na Escola Estadual Santa Izabel Ensino Fundamental, hoje Colégio Estadual Santa Izabel Ensino Fundamental e Médio, localizado a 25 km da sede do município de Bituruna – Paraná, no Assentamento Santa Bárbara, distante 120 km do Núcleo Regional de Educação, em União da Vitória.

Em Março de 2005 iniciou-se a experiência que perdura até o dia de hoje, e que tenho a certeza que continuará com próximos educadores e gestores que continuarão os trabalhos neste colégio. Participaram desta ação: educadores, educandos, agricultores, e comunidade. E instituições ligadas à educação, em especial o Núcleo Regional de União da Vitória e Secretaria Municipal de Educação.

Todas as atividades relacionadas a esta escola partiram de impulsos no seu início, pois não tínhamos a menor idéia do que deveríamos fazer. Sabíamos que era uma escola que deveria ser diferente, obedecendo a uma legislação já existente. Iniciamos o trabalho em poucos, os professores e eu. Éramos de tudo um pouco, professores, secretários, merendeiros, zeladores, bibliotecários, diretores. Vimos que não daríamos conta, chamamos os pais e pedimos ajuda. Neste momento iniciou-se a gestão participativa. Isso passou a ser uma constante em nossa rotina. Mães vinham nos ajudar na limpeza e merenda, pais e comunidade nos traziam seus

anseios e necessidades e minha função era correr atrás e viabilizar o que estivesse ao nosso alcance.

Foi assim que começamos e até hoje sempre que eles ou nós temos alguma dúvida, reunimo-nos e decidimos em conjunto. Baseados nessa cultura e prática, hoje os alunos são bem diferentes dos que iniciaram em 2005. Nossos alunos são críticos, reivindicadores, de opinião própria, participativos, parceiros e cuidadores da escola. Nada é feito sem a presença deles

Como exemplo dessa atitude para ilustrar o que escrevo, vou citar um episódio: Com a possibilidade da implantação do CELEM (Centro de Estudos de Língua Estrangeira Moderna) em nosso colégio, a proposta deveria ser levada aos alunos para decidirem por qual língua seria ofertada. Problema resolvido, optaram pelo Espanhol, porém as aulas seriam ministradas em dois dias em contra turno. Não aceita pelos alunos, pela dificuldade de transporte, duas tardes ou manhãs longe de seus afazeres domésticos, entre outras razões. Levamos para o núcleo a questão e a sugestão por eles apresentada, “queremos que as aulas sejam no mesmo dia” que foi aceita. Não sei se esse foi um problema comum em outras escolas do campo, mas na nossa foi.

Com essa atitude demonstraram interesse, responsabilidade, maturidade e compromisso. Atitude nada comum em adolescentes, pelo menos na sua grande maioria. Acredito que fizemos parte na construção desta postura com a gestão participativa efetiva dentro do colégio.

A postura hoje de nossos alunos é totalmente diferente daqueles com os quais trabalhei como professora no colégio da cidade. Verdadeiros cidadãos conhecedores de seus direitos, preservadores de sua cultura e raízes, sem abdicar do conhecimento científico, sabedores que com isso se auto-valorizam e também valorizam as suas propriedades. E nós professores aprendemos uma nova cultura, fincamos raízes e não abrimos mão da qualidade de vida que lá possuímos.

Nosso colégio apresenta o menor número de evasão escolar do município, a melhor merenda também, pois muitas vezes ela vem acrescida de produtos da

nossa horta ou da produção dos pais que nos oferecem esse reforço alimentar. Não possuímos refeitório, mas nossos alunos alimentam-se em pratos e não nas canequinhas que é comum nas outras escolas.

Destaco também a baixa ausência de professores e funcionários embora na sua grande maioria PSS, extremamente comprometidos que entendem a necessidade e dificuldades dos alunos. O incentivo na participação de eventos e concursos fazendo-os ver que eles podem muito como demonstrados na grande maioria dos que participamos e fomos premiados. Em síntese, a interação do grupo foi primordial para o desenvolvimento deste colégio.

3 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho teve como objetivo relatar as atividades, experiências e ações de toda comunidade escolar e órgãos colegiados do Colégio Estadual Santa Izabel. O caso é focado na proposta educacional da educação do campo no campo para que esta seja efetivamente um direito de todos garantido pelo governo.

Demonstrando que a gestão participativa e que com uma metodologia muito mais ampla trazendo os valores do campo para a sala de aula, podemos mudar concepções e desconstruir pré-conceitos em nossos alunos e colegas. Conseguimos demonstrar que diferente da metodologia que formalmente conhecemos e somos levados a internalizá-la como única no decorrer de nossas vidas. Faremos a diferença na vida de nossos alunos e na comunidade em geral.

Uma nova realidade está surgindo, proveniente de muitas lutas por pessoas que acreditam em uma educação no e do campo. Afirmando assim sua identidade e dignidade ao descobrir e potencializar seus conhecimentos e culturas que é o que propõem as diretrizes da educação do campo uma modalidade específica inovadora, desafiando educadores para a promoção de currículos específicos de uma educação específica e diferenciada.

Nessas condições de existência, estas devem possibilitar às crianças e jovens a continuar na luta por seus direitos de cidadania, o que implica o direito à propriedade, ou seja, terra para viver e a escola que dê condições para assumir desafios cada vez mais amplos na sociedade.

Por esse motivo que é de muita importância que cada vez mais se efetive essa proposta educacional e que seja eficaz, pois a educação do campo está sofrendo um processo de dinamização social e cultural ajudando na formação de cidadãos críticos e conscientes.

Nesse sentido, educadores e profissionais da educação do campo devem continuar tendo capacitações específicas para atuarem no campo, ajudando assim no desempenho dos mesmos em sua atuação. Também necessitamos que alguns conteúdos específicos possam ser incluídos na matriz curricular, ainda que sejam viabilizados em forma de projetos em contra turno, adequado às necessidades de cada comunidade.

Entretanto apesar de todas as dificuldades passadas, como transporte, estradas, barro, poeira, financeira, discriminação, formação específica entre outros, muitos desafios foram superados. Foi e é fundamental essa experiência na escola do campo em minha vida profissional, pois cada dia mais penso no “outro” penso em “como” no exercício dessa profissão de levar o aprendizado, respeitando sua identidade, seus valores, seu cotidiano e suas ideologias.

Referências

ARROYO, M. G. **QUE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OS POVOS DO CAMPO?** In: Seminário Nacional “Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST”, 12 a 16 de setembro de 2005. Luziânia, GO.

BRASIL. LDB 9394/96. Brasília, 1996.

CALDART, R. S. **Educação em Movimento: Formação de educadoras e educadores no MST.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Ed. Expressão Popular, 2004, 4ª edição.

CALDART, R. S. **Por uma Educação no Campo: Traços de uma identidade em construção**. In: Por uma educação no campo: Identidade e políticas públicas. V.4. Brasília, 2002. P.25-36.

PIZZATTO, L., adaptada por MELO, B. **Carta do Zé agricultor para o Luís da cidade**. Disponível em <http://www.sindruralsc.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:carta-do-ze-agricultor-para-luis-da-cidade&catid=35:noticias&Itemid=15>, acesso em 19/05/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEITE, S. C. Escola rural: **Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MEC/CNE, **Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

MEC, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referencia para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos – 2.ed.- Brasília; MEC, SECAD,2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006.